

FINCANDO BANDEIRAS, RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO: TERRITÓRIOS E “LUGARES” DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO

MARCELO LOPES DE SOUZA

Departamento de Geografia
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador do CNPq
mlopesdesouza@terra.com.br

EDUARDO TOMAZINE TEIXEIRA

Mestrando em Geografia
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

A produção do espaço deve ser apreendida de modo a se considerar muito mais do que a sua dimensão material; aquela pressupõe, com efeito, todo o conjunto de práticas espaciais empreendidas pelos seus agentes modeladores. Os domínios do poder e do simbólico, respectivamente representados, em termos de conceitos espaciais, pelas ideias de território e lugar, devem, portanto, ser tão enfatizados quanto a produção material do espaço. Dessa maneira, é importante buscar compreender como os agentes modeladores do espaço criam imagens espaciais (ou “representações sócio-espaciais”), fenômeno cuja ocorrência se dá frequentemente durante ou após o processo de territorialização. Esse fenômeno é particularmente interessante com relação aos movimentos sociais, os quais geralmente atribuem aos seus territórios um significado político-simbólico ao nomearem seus espaços (ou seja, pela criação de novos topônimos), além de ressignificarem também palavras e expressões correntes – criando, em decorrência, o que nós definimos como “léxico espacial”. No presente artigo, nós apresentamos e comentamos algumas dessas palavras e expressões, bem como uma série de nomes de ocupações batizadas pelo movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: “Léxico espacial”. Movimento dos sem-teto. Rio de Janeiro. São Paulo.

RE-SIGNIFYING SPACE: ON THE TERRITORIES AND PLACES OF THE *SEM-TETO* MOVEMENT

ABSTRACT

The production of space implies much more than its material aspects; in fact, it presupposes the whole set of spatial practices undertaken by the social actors. The spheres of power and symbolism, respectively represented in terms of spatial concepts by the ideas of territory and place, should be stressed as the material production of space. Considering this, it is important to understand how social actors create spatial images (or “socio-spatial representations”), a phenomenon which usually occurs during or after the processes of territorialisation. This is particularly interesting in relation to the social movements, which generally give their territories a political-symbolic meaning through the creation of new names for their spaces (that is, through the creation of a new toponymy) and which also develop alternative meanings for current words and expressions – consequently creating what we have characterised as a “spatial lexicon”. In the present article, we present and discuss some words and expressions, as well as a number of geographical names, created/proposed by the *sem-teto* movement in Rio de Janeiro and São Paulo.

KEYWORDS: “Spatial lexicon”. *Sem-teto* movement. Rio de Janeiro. São Paulo.

INTRODUÇÃO

Os autores das linhas que se seguem são, mais que orientador e orientando (de mestrado), parceiros na colaboração com o movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro (e, secundariamente, em São Paulo). O presente trabalho é, com efeito, o fruto de uma parceria que transcende a esfera puramente acadêmica, costurando esta com a esfera da *práxis*.

De um ponto de vista acadêmico, a origem deste artigo remete a um outro, escrito por um de nós, intitulado *A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*

(SOUZA, 2008b), no qual se procede a um exame de diferentes discursos a respeito do espaço urbano, do vocabulário dos planejadores profissionais a serviço do aparelho de Estado a certos termos básicos empregados no cotidiano das favelas e no âmbito do movimento dos sem-teto. A primeira versão desse artigo anterior – ainda inédito no momento em que estas linhas são escritas – antecipa, sobre a base de conversas informais com ativistas, parte das análises ora apresentadas. Entretanto, a pesquisa de campo da qual deriva a maior parte do material empírico que lastreia o presente trabalho tem a ver com a colaboração supracitada com o movimento dos sem-teto, em particular com uma de suas vertentes. É bem verdade que essa cooperação com o movimento já havia sido encetada, por parte dos dois autores deste artigo, há bastante mais tempo; e igualmente é verdade, aliás, que, voltando ao ângulo acadêmico de consideração, um levantamento do “léxico espacial” do movimento dos sem-teto, tal como apresentado e discutido na próxima seção, já estava esboçadamente previsto tanto no âmbito do projeto de pesquisa coordenado por um de nós (SOUZA, 2006b) quanto no projeto de dissertação de mestrado preparado pelo outro (TEIXEIRA, 2008). Sem embargo, estabeleceu-se em 2008 uma ligação muito direta de ambos os autores com um empreendimento específico, conduzido em parceria com uma parcela do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro, que é a elaboração de um “*Dicionário das ocupações de sem-teto*”, com a finalidade de apresentar sistematicamente e publicizar um aspecto fundamental do imaginário da militância dos sem-teto: a sua visão de si mesmos, de suas motivações e seus propósitos, de seus espaços, da cidade e da sociedade em geral. Com isso, o texto que o leitor ou a leitora tem em mãos passou a ter, praticamente desde o início, como uma das razões básicas de sua existência, o papel de sistematização preliminar, vazada em linguagem científica e elaborada para discussão no ambiente acadêmico, dos resultados de uma pesquisa-ação. Ainda que as pesquisas mais gerais de ambos os autores a propósito do movimento dos sem-teto e sua dimensão espacial sejam do tipo participante, não podem elas, no seu todo, ser caracterizadas como pesquisas-ação, no sentido bem delimitado por Thiollent (1987 e 2005). Todavia, a preparação de um *Dicionário das ocupações de sem-teto*, especificamente, se adéqua perfeitamente a tal figurino: uma pesquisa não somente conduzida de comum acordo com os agentes sociais que constituem parte essencial de seu objeto, mas cujos objetivos e contornos foram ativamente codefinidos por alguns desses agentes.

Nesse sentido, os agentes sociais, e principalmente aqueles vários com os quais o projeto do *Dicionário* foi inicialmente discutido e que têm acompanhado o empreendimento mais de perto, são praticamente coautores e corresponsáveis por uma parcela substancial da pesquisa.¹

É imperativo registrar, ainda, que trabalhos de campo foram realizados não somente no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, junto a militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que é a maior organização do movimento dos sem-teto no Brasil. Muito embora um dos autores (Marcelo Lopes de Souza) venha, há alguns anos, cultivando uma relação de parceria com o MTST, no tocante às entrevistas realizadas em São Paulo, seria abusivo considerá-las como integrando uma pesquisa-ação. O *Dicionário* (que é uma empreitada ainda em andamento), mesmo incorporando as contribuições de agentes sociais atuantes em outras partes do Brasil (por meio de entrevistas e de fontes escritas), notadamente São Paulo, foi pensado conjuntamente com militantes da Frente de Luta Popular (FLP), organização do Rio de Janeiro que, enquanto existiu (até fins de 2008), apoiou o movimento dos sem-teto, e com moradores de ocupações cariocas não necessariamente vinculados à FLP; somente nesse âmbito é que se pode, a rigor, falar de uma investigação cujos objetivos e contornos foram ativamente codefinidos pelos agentes.²

Adentremos, agora, a esfera da discussão teórico-conceitual que serve de esteio ao presente texto. Os conceitos de território e “lugar” são, aqui, particularmente caros, e aos autores interessa mostrar o “lugar do lugar” numa perspectiva crítica da produção social do espaço.

A ideia de “agentes modeladores do espaço”, já solidamente assentada nos estudos de Geografia Urbana, costuma prender-se excessivamente à dimensão material do espaço, como se este se reduzisse ao substrato espacial; ou seja, como se “modelar” o espaço urbano, à semelhança da “modelagem” do relevo pelas diversas forças orogênicas, fosse uma simples questão de transformar, modificar, afeiçoar algo tangível. Essa forma de compreensão, implícita no mais das vezes, é demasiado restritiva. É necessário expandir explicitamente o

¹ Os autores gostariam, nesse sentido, de agradecer, em particular, a Jobson Lopes, Ângela Moraes Sant’Ana e João de Souza Barbosa, cuja cumplicidade tornou a pesquisa que embasa este texto possível.

² Não obstante isso, os autores desejam expressamente agradecer a colaboração, em São Paulo, de Marco Fernandes e Helena Silvestre.

conceito de “agentes modeladores” para além da materialidade, para incorporar também o plano do simbólico – o qual, mesmo existindo em relação constante com a materialidade, obviamente não é a ela redutível.

Os “agentes modeladores”, ao produzirem espaço, não modelam apenas formas visíveis e palpáveis, diretamente. Os agentes sociais, ao protagonizarem processos e práticas de significação e ressignificação espacial (isto é, atribuição de significados aos espaços, às práticas e aos processos e produção de símbolos), também “modelam” imagens espaciais, assim interferindo (ou buscando interferir) na maneira como a sua identidade (espacial) é construída e apreendida por outros agentes sociais. Ao mesmo tempo em que essa face das práticas dos agentes se associa (e amiúde pressupõe) práticas de territorialização, ou seja, de controle espacial, também constitui uma dimensão da “política de identidade” dos protagonistas – vale dizer, de seu desejo de, também com a ajuda da produção de subjetividade, tornarem-se o mais possível “senhores de sua identidade”, o que, se jamais é inteiramente possível, por outro lado representa o passo crucial de cavar uma trincheira político-simbólica. Em outras palavras, trata-se de produzir uma representação social (ou, antes, nesse caso, representação sócio-espacial) de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadoras de sua autoestima coletiva.

Um território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Mais precisamente, pode-se dizer que um território é como se fosse um “campo de força”, definido pelas relações de poder entre os agentes e tendo como referência um substrato espacial (ver, sobre o conceito de território, SOUZA, 1995, p. 77-116; 2006a, p. 331-363). Mesmo que o objetivo de controle espacial, isto é, de territorialização, tenha a ver, em muitas situações, com propósitos imediatamente econômicos (controle de recursos e riquezas, por exemplo) ou culturais (controle de espaços visceralmente associados à identidade de um grupo social, sejam eles “sagrados” ou “profanos”), conceitualmente a ideia de território é, na sua essência, política, visto que a dimensão que a vertebraliza é a dimensão do poder.

Quanto ao conceito de “lugar”, ele não se confunde com o uso ordinário da palavra. O uso ordinário, quotidiano, do termo “lugar” torna-o praticamente sinônimo de um espaço qualquer, ou de uma localização qualquer no espaço, ao passo que, na acepção qualificada ora esposada, um “lugar” é um espa-

ço dotado de significado, um espaço vivido e percebido, intersubjetivamente construído³ e relativamente ao qual se desenvolve uma “topofilia” (para usar o simpático e sugestivo termo de TUAN [1980]). Essa forma de qualificar a ideia de “lugar”, admita-se, é de algum modo tributária da influência exercida, a partir dos anos 70 do século passado, pela assim chamada “Geografia Humanística” (vide, principalmente, TUAN, 1983; RELPH, 1976). Sem embargo, reconhecer a contribuição de geógrafos como Tuan e Relph na modelagem de um conceito de “lugar” (*place*) que enfatiza a dimensão do simbólico não significa nenhuma concordância dos autores do presente artigo com a perspectiva dita “humanística” em seu conjunto; e, diga-se de passagem, basta um exame da literatura especializada dos últimos vinte anos (pelo menos), notadamente em língua inglesa, para se perceber que a compreensão da “lugaridade” como uma manifestação da espacialidade em que o simbolismo e a vivência desempenham um papel-chave já transcendeu, a despeito das várias controvérsias existentes, os estreitos limites de uma corrente específica. (Em particular, um dos problemas dos geógrafos “humanísticos”, ao lado de seu pronunciado culturalismo e, não raro, de um forte empirismo, é a construção de uma oposição terminológico-conceitual entre o “espaço”, visto como “abstrato” e uma ferramenta de ações instrumentais do Estado e dos planejadores a serviço dele, e o “lugar”, considerado como mais “concreto” por ser um ambiente construído pela experiência. Do ponto de vista dos presentes autores, já expresso manifestamente por um deles [SOUZA, 2006a, p. 343], o “lugar” é o espaço social qualificado e considerado de um ângulo específico, que é aquele do simbolismo e do significado; é um espaço percebido e vivido ou, mais exatamente, as próprias imagens espaciais, em sua interação com as identidades espaciais, formam os “lugares”, que não se confundem com o substrato espacial material em si.

³ De certo modo, qualquer realidade objetiva é, para os seres humanos, subjetivamente “(re)construída” por cada indivíduo, ao percebê-la/“decodificá-la”/interpretá-la – enfim, ao atribuir-lhe significado (ver, sobre isso, CASTORIADIS [1975]). Uma identidade espacial, porém, é particularmente explícita em matéria de intersubjetividade, ou seja, de carga subjetiva fortemente (mas jamais “absolutamente”) compartilhada, formando-se uma imagem coletiva de um grupo e seu espaço. Tais imagens tanto podem ser “positivas” e definidas/modeladas pelos próprios indivíduos e grupos que, assim, se autorrepresentam (e que, com o seu auxílio, defendem o seu “lugar no mundo”, relatam suas origens, cultivam sua autoestima e, eventualmente, apresentam as suas pretensões de ser “especiais”), quanto definidas/modeladas por outros indivíduos e grupos que, desse modo, exercem uma ação de “avaliação externa” (não necessariamente ou exclusivamente para atribuir uma carga negativa, estigmatizante e de censura, conquanto isso ocorra com frequência).

Ou seja, o conceito de espaço social é mais abrangente, não fazendo sentido uma simples “oposição” entre “espaço” e “lugar”.) Seja lá como for, o que ora importa reter é que, se na qualidade de território disputado ou contestado o espaço está sempre no centro de uma disputa política, na condição de “lugar” o seu papel nas lutas e nos conflitos pode ser menos imediatamente aparente, mas não deixa de ser fundamental. É nesse momento que o papel político da dimensão espacial das representações sociais se revela como algo cuja importância não pode ser subestimada.

Organizações e ocupações de sem-teto possuem, algumas vezes, suas bandeiras, em sentido literal; a mais conhecida é, provavelmente, a bandeira vermelha do MTST. O próprio nome de uma ocupação, entretanto, não deixa de constituir ou expressar uma “bandeira”. Territorializar um espaço, buscar ressignificá-lo e atribuir-lhe um nome com profunda carga político-simbólica não deixa de ser, figurativamente, “fincar uma bandeira”. É em torno dessas “bandeiras” e de seus significados, buscando relatá-los e elucidá-los (ou, pelo menos, comentá-los), que gira este trabalho.

O LÉXICO ESPACIAL DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO BRASIL: APONTAMENTOS

Interessa-nos saber como e em que circunstâncias os ativistas (re)definem e empregam determinados termos de uso corrente no âmbito do movimento, tais como acampamento, assentamento e ocupação; interessa-nos, também, verificar como os ativistas distinguem entre aqueles termos (e notadamente ocupação, o mais genérico de todos) e duas palavras carregadas de carga simbólica negativa no senso comum da classe média: invasão, palavra usualmente empregada pela grande imprensa para designar as ocupações de sem-teto, e favela, uma vez que as favelas também consistem em áreas de posse ilegal (e, nesse sentido, não deixariam também de ser “ocupações” de terrenos públicos ou privados). Uma extensão disso é a conveniência de se explicitar a autorrepresentação dos moradores e militantes, no tocante a como eles diferenciam entre sem-teto e favelado. Por fim, desejaram os autores saber o que, na opinião dos ativistas do movimento dos sem-teto, constitui o conteúdo e o significado de duas expressões: reforma urbana, expressão que consta até mesmo da divisa de uma organização específica, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e revitalização urbana, expressão de uso frequente no discurso do

Estado, especialmente em relação a áreas centrais (como a do Rio e a de São Paulo, nas quais há significativo número de ocupações de sem-teto).

Trechos selecionados de depoimentos

Ofereceremos, a seguir, alguns trechos selecionados de entrevistas, que serão, ao final, comentados comparativamente.

Acampamento:

Eu diria assim, que acampamento é quando a gente faz uma ocupação, quando a gente monta ali nossa estrutura de moradia e tal, mas que ela é provisória, a gente não sabe se vai ficar ou não. Eu acho que acampamento é essa morada provisória da luta, o primeiro momento da luta (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

O acampamento é um terreno que as pessoas botam umas cabanas e entra debaixo pra ver como vai ficar o projeto, como vai se agir, como vai se proceder ali, naquele local. [...] Do pessoal lá dos sem-terra (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro, em 19/02/2008).

É, já tá mais próximo das ocupações semirrurais e ocupações rurais, né? Mas, pelo que eu entendo, o acampamento ainda é a ocupação que não tem nenhuma regularização. Isso seria o acampamento, né? (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Tem várias pessoas que perguntam pra gente do acampamento, o que é que é o acampamento. Tem gente que chega assim, às vezes têm até medo de entrar aqui dentro. Fala assim: “Não, ali é o que eles chama sem-teto”, chama de qualquer jeito. Às vezes, as pessoas têm até medo de encostar junto da gente, né? Pensa que a gente somos, sei lá, pessoas que não têm valor mesmo, que só quer se destruir. Mas não, o acampamento é uma comunidade que não tem onde ficar, e então as pessoas que tá procurando os seus direitos, né? [...] E mostrando a eles que é como nós não temos outro recurso, nós mostramos a eles o nosso barraco, acampado, de lona ainda, porque não tem como fazer outra coisa. E aí acabam gostando, acabam fazendo, às vezes que trazendo até uma doação, fazendo alguma coisa assim pras pessoa porque vê que a pessoa é carente e tá lutando pelo direito que a gente temos (Entrevista com morador da Ocupação João Cândido em 10/03/2008, em Itapeperica da Serra).

Assentamento:

[A]ssentamento a gente já não tem mais a preocupação de ter que se mudar dali, é quando a gente já começa a fincar nossa raiz no chão mesmo, que a gente sabe que vai poder crescer a árvore ali. Então a gente planta, constrói casas melhores, se preocupa com outras coisas, a gente assentou um pouco (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Eu acho que o assentamento já é um acampamento mais definido. O que eu chamo de estar assentado é estar mais organizado, mais seguro, de estar num

período mais avançado desse período de transição. Na minha concepção não é mais barraca; a coisa já tá misturada, barraca e... E eu acho que também tem uma diferença em como tá o processo; assim, o processo a nível jurídico. No assentamento você tá ali assentado, você já tá num processo – eu acho – que você já tá brigando pela posse da terra mesmo (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008, no Rio de Janeiro).

O assentamento já é uma coisa que a gente tá assentado, já é uma moradia, né? A gente vai morar, é diferente do acampamento, que a gente não sabe se fica ou não. O assentamento a gente vai ficar, já sabe que vai ficar ali (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeverica da Serra).

Ocupação:

É basicamente ocupação de imóveis, né? Que estão abandonados segundo o ordenamento jurídico atual, né? Cinco anos abandonados eles podem ser passíveis de desapropriação. É por isso que se ocupa (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

O termo “ocupação” a gente define pra tudo. A ocupação tá embutida em acampamento, em assentamento. É um termo geral. Em se tratando de movimentos sem-teto ou sem-terra, todos foram uma ocupação. Mas a ocupação, ela é você entrar num espaço que tá ocioso, que tá, na maioria das vezes, dessa forma, que se ocupa, né? Ninguém ocupa o prédio da Petrobrás, a não ser que seja uma ocupação política. Você ocupa o que tá ocioso, o que não cumpre a função social, né? E função social, a gente sabe, da terra é o plantio, é o cultivo, é a criação. No espaço urbano é estar funcionando, o prédio estar funcionando de alguma maneira. Então, se não está, não tá cumprindo a função social, e, por isso, a gente ocupa. [...] E o que acontece é que a gente entra nesses prédios abandonados, são prédios abandonados (e há muito tempo, 15, 20 anos, né?) (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008, no Rio de Janeiro). [A]campamento e ocupação, pra gente, é sinônimo. [Entrevistador: Poderia ser sinônimo de assentamento, também?]. Não, aí não. Aí eu acho que, quer dizer... Na verdade o assentamento, a gente... Aí é uma coisa difícil pra essa militância que tá no movimento há quatro anos e não passou ainda pela experiência de um acampamento como o Anita Garibaldi. Então eu não sei como é que a gente manteria, se a gente continuaria chamando de ocupação. Eu tenho a impressão de que talvez não, talvez a gente tende, depois de um tempo, a usar o termo comunidade. Até é engraçado, mesmo num acampamento, depois de um certo tempo, a gente já começa a usar a palavra comunidade (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

No momento que você ocupa um prédio, você chama a atenção do dono daquele prédio, você chama a atenção do governo do estado, do prefeito, e aí eles passam a te olhar ou com bons olhos ou com maus olhos, mas de alguma forma você chama a atenção (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Sobre as diferenças entre ocupação, invasão e favela, assim como entre sem-teto e favelado, os seguintes trechos nos pareceram particularmente ilustrativos:

Ocupação versus invasão:

[N]a invasão, ao contrário da ocupação, você tem um controle, você tem até um planejamento de início, mas você não tem uma continuidade desse planejamento. [...] Como a gente vê, as favelas, elas foram invasões que foi chegando aos poucos, aos poucos, e foi crescendo. [...] Eu acho que essa é que é a diferença, não é tão organizado assim. Organizado é o grupo pra chegar, mas não pra permanecer e pra estruturar aquilo, e consolidar mesmo (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeverica da Serra).

[N]a invasão, no caso, é feita pelas pessoas que querem uma moradia, não tem ninguém ali pra orientar, eles simplesmente invadem, vai todos eles ao mesmo tempo, cada um no seu jeito. [...] Na ocupação não é assim. Tem regras, tem tudo (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeverica da Serra).

Ocupar é porque a gente quer a garantia de ter um lar. A invasão, quando a pessoa faz uma invasão, às vezes a invasão é feita pra roubar as coisas que tem, ou no prédio ou mesmo na roça, né? E ocupar é quem quer morar. No meu pensamento é isso. [Entrevistador: Bom, a gente sabe que aqui no Rio de Janeiro tem muitos prédios que também tem gente morando, que estavam vazios antes e que não entrou nem comprando nem alugando. Só que eles também lá não têm organização, não têm coletivo... Lá você chamaria de ocupação ou de invasão?] Se não tem... Não tem a organização lá, né? Não tem? Se tiver com... Não sei como é que é, se é malandragem... como é que fala... entendeu? Dentro dum prédio, aí isso daí já não é uma ocupação, não. A ocupação tem que ser direitinha, entendeu? Pra não dar problema, nem com polícia nem com governo, nem nada (Entrevista com morador da Ocupação Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro, em 15/07/2008).

Invasão é o lugar que tá ocupado, né? [...] Agora, o lugar desocupado é ocupação. Que tá abandonado há mais de cinco anos, aí já é uma ocupação (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

[E]ssa é uma coisa que a gente conversa muito no movimento, né? [...] [A] gente sabe que, no linguajar popular, é invasão, fala de invasão. E a gente também, isso é mais um dos trabalhos que a gente faz, [trabalho] político no interior do acampamento, com as famílias, que é, justamente, diferenciar o que é uma coisa e o que é outra. Isso é uma diferenciação que não é nem a gente que faz, isso é uma diferenciação jurídica, né? O termo “invasão” serve pra sugerir que entrem num espaço que ele tá sendo usado, tem algum fim social, artigo 182 e tal. Que é o velho medo da classe média, o medo histórico da classe média, “que vão entrar na minha casa e que vão pegar minha casa”... (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Ocupação versus favela:

(Enfatizando a “diferença organizacional”...)

Tem uma organização, tem regra; enquanto que numa favela, não. Não, cada um faz o que quer (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeperica da Serra).

Eu acho que a favela é um momento onde pode ter acontecido uma ocupação mais, menos organizada, ou mesmo desorganizada, ou uma ocupação que ocupou totalmente o território ou que ocupou gradualmente o território. Enfim, não importa de que forma a ocupação daquele espaço aconteceu, mas a favela é um momento em que a estabilidade existe, mas ela não existe com a unidade. [...] A favela é como se fosse uma ocupação difusa, uma ocupação que não conversa, que não age sozinha. Na verdade isso tá muito mais relacionado aos mecanismos de intervenção no território, a manutenção dos instrumentos de intervenção no território. Quando o movimento ocupa, ele tem instrumentos de intervenção no território, tem os seus coletivos de coordenação, os coletivos de setor, tem as assembleias que, juntos, decidem, operam no território fazendo intervenções pra responder suas necessidades. No caso de, tem ocupações que a gente perde isso, se transforma em favela. [...] Então a diferença, pra mim, de uma ocupação pra uma favela é essa: a ausência desses instrumentos, e não desses instrumentos em geral, não é uma coisa absoluta, porque você tem as associações de moradores. Agora, as associações de moradores, em geral, por exemplo, você tem aqui no Paraisópolis, tem dezoito, dez, quinze, nove associações de moradores numa única favela e, mesmo assim, cada uma dessas associações não consegue discutir coletivamente de fato as coisas, porque não existe nenhum único mecanismo que possa juntar o conjunto da favela (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Pra mim é tudo a mesma coisa. [...] Existe uma distinção do seguinte: não deixa de ser ocupação também a deles, só que existem comunidades que a gente vê – é complicado você dizer assim “*mais organizada*”. [...] Eu acho que tem um pouco de diferença, um pouquinho de diferença nisso, né? Alguém vê essa aqui como um pouco mais organizada, aquela outra um pouco mais desorganizada, mas eu acho que não é tão diferente. É ocupação de povo mesmo... Não vejo muita distinção, não (Entrevista com morador – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 13/02/2008, no Rio de Janeiro).

A favela que eu vejo, na favela entra, chega, é a lei do mais forte, de quem manda, de quem é amigo, e aqui a gente não funciona assim. A gente tem uma coordenação, a gente tem setores aqui dentro que atuam: disciplina, infraestrutura, coordenação de brigadas, coordenação geral, e que tem um... A ciranda, né? E que dentro desse grupo a gente consegue ter, controla melhor os conflitos que tem geralmente numa favela e que lá é cada um por si, né? (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeperica da Serra).

(Enfatizando a oposição entre “segurança” e “insegurança”...)

É, assim, eu acho diferença, muita diferença porque, dentro da favela... Tipo aqui: mesmo a ocupação, a gente tá aqui, nós estamos seguros. Nós não tá vendo os netos, os filhos da gente não tão vendo tiro, não tão vendo bebida, não tão vendo maconha, não tão vendo... *Nada*; aqui dentro e mesmo ao redor de nós. E na favela é totalmente diferente. Quando você pensa que você tá tranquilo, olha o tiro comendo. Quando você pensa que não, tão invadindo a tua casa (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008).

Ah, tem. A diferença daqui, por exemplo, em relação a drogas, que na ocupação raramente se vê – aqui, pelo menos, a gente não vê drogas, armas. Já numa favela, vê direto, né? (Entrevista com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Com certeza, porque a favela, na maioria das vezes, tem tráfico, né? A ocupação não tem, não tem tráfico. Como a nossa aqui, a nossa aqui é feita de muitas normas, muitas coisas positivas (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

(Enfatizando a “ocupação” como um espaço de resgate da luta do povo pobre das cidades...)

Eu acho que somos dois grupos muito fudidos. Existem muitas pessoas das ocupações que saíram de comunidades, chamadas favelas. Saíram por outras questões, pela questão mesmo do achaque da polícia, pela questão do tráfico... Pela violência de uma maneira geral. Mas, historicamente, a gente vê que as pessoas com menor situação financeira foram empurradas pros morros, né? Você vê as desocupações que tiveram no Centro do Rio de Janeiro, os governos que tiveram e que foram achacando as pessoas, pra Zona Oeste, Baixada, e os morros, né? Sobrou o quê? Foi sobrando os morros, que a definição que eu tenho de favela é essa: é o local de difícil acesso que sobrou para essa camada que construiu o Brasil, da massa mesma dos trabalhadores, alguns vêm pra cá e constroem, continuam construindo, no Rio de Janeiro, que vêm pra cá no sonho de ter uma vida melhor. Mas é o espaço geográfico que sobra pra eles, porque o trabalhador que constrói os centros, os prédios como esse, não tem chance, não tem um projeto do governo que coloque essas pessoas em condições de ter uma casa, mesmo que elas quisessem pagar por essa casa, não tem um projeto que alcance essa camada de pessoas que têm baixa renda. [...] [Então] Eu acho que, quando a gente ocupa um prédio num centro urbano, eu acho que a gente tenta passar essa história a limpo também. A história das pessoas que vivem nas comunidades com essa dificuldade. As pessoas têm que pagar tudo caro, ela paga caro, é uma vida cara. Ela faz uma compra, ela tem que pagar uma Kombi pra levar lá em cima, ela tem que pegar um moto-táxi pra deixar ela em frente a casa dela.

A gente tem um estatuto – que eu acho que é querer passar a limpo em todos os sentidos – que proíbe o uso de drogas, né? É passível de expulsão aqui. A gente não quer o braço do tráfico, não quer o braço da polícia, mas a gente quer uma organização que a gente possa criar os nossos filhos e as nossas crianças sem interferência visual dessas coisas.

Eu acho que hoje a gente tenta [...] ser um braço de uma comunidade no asfalto. De que favela a gente é o braço? A gente não é o braço de nenhum... nem sei como é que é o nome. A gente é o braço do trabalhador que tá lá em cima, a gente é o braço da mãe que perdeu o filho. A gente tem que ser esse braço no asfalto. A gente não tem perdido a oportunidade de estar denunciando isso. A gente não “fecha” com ninguém, não tem nenhum “comando”, não tem nada – porque a gente acha que não precisa também disso. A gente tem chamado cada vez mais as pessoas de comunidades a estarem participando. Quando teve uma palestra aqui sobre doenças sexualmente transmissíveis a gente chamou a associação pra notificar as meninas da comunidade pra vir aqui, e assim vai. Tem o objetivo de fazer um pré-vestibular aqui, tem o objetivo de notificar aqui na comunidade pra que as pessoas venham aqui estudar... (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008, no Rio de Janeiro).

Sem-teto:

(Uma visão abrangente: o sem-teto como aquele que não mora em “condições dignas”, esteja ele organizado ou não...)

Sem-teto é a pessoa que não tem casa. Não tem casa... essas pessoas que ficam pagando aluguel. O salário que a pessoa ganha não dá pra ficar pagando aluguel. Se a pessoa ficar pagando aluguel, os filhos já não vão ter um leite, já não vão ter uma comida melhorzinha, entendeu? É desse jeito que eu tento explicar sobre o sem-teto (Entrevista com morador da Ocupação Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro, em 15/07/2008).

Eu acho que sem-teto, assim, economicamente eu vou falar, não vou ficar falando de identidades coletivas nem essas coisas todas. Pra mim, sem-teto são as pessoas que não têm moradia nenhuma. São as pessoas que partilham a mesma moradia com outras pessoas; que, em geral, uma casa consegue comportar uma família [...]. Quando você tem três famílias morando numa casa, tem duas que são sem-teto. E não só isso, mas cortiços. As pessoas habitam lugares que não comportam uma vida descente, então eles são sem-teto. Ah, outra coisa são as famílias que moram em áreas de risco, que não têm estabilidade nenhuma, não têm nenhuma segurança, que habitam muito precariamente, e algumas famílias que moram nas favelas. Exatamente por isso, porque existem partes das favelas onde as pessoas conseguiram se estabilizar e construíram a moradia, onde ele consegue reproduzir a sua vivência naquele espaço de maneira descente. Quem paga aluguel também é sem-teto, porque, quando ficar desempregado vai vir certamente pra alguma ocupação, ou vai pra casa de alguém (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo). Pra mim o sem-teto é quem não tem uma casa. Quem não tem um título de propriedade de uma casa pra mim já é sem-teto, não tem distinção. Aí é desde quem mora na rua a quem paga aluguel; pra mim é tudo sem-teto. Só que as pessoas não se vêem dessa forma, né? Esse é que é o problema. Uma pessoa que paga aluguel não se vê como sem-teto (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

(Uma visão restritiva: o sem-teto como participante do movimento social...)

O sem-teto, na verdade, somos nós, né? Que estamos procurando moradia, ocupando os prédios, essas pessoas que tão fazendo parte de assentamento, de acampamento lá em São Paulo. Eu acredito que somos nós mesmos, os sem-teto. [Entrevistador: As pessoas podem pensar – quem não conhece movimento dos sem-teto – sem-teto é só o cara que mora na rua, é esse o caso? Não, né?] Não, também, mas... Se bem que o pessoal da rua eles já têm um nome: “moradores de rua”, né? E sem-teto, não, eu acredito que seja nós esse mesmo, ocupantes (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Olha, o sem-teto, ao contrário do que o senso comum associa, os sem-teto não são as pessoas que moram debaixo da ponte. [...] População de rua, né? E não é, digamos, um grupo com o qual a gente trabalha. Evidente que, nas nossas ocupações, vão pra lá pessoas que eram moradores de rua, mas não é um grupo que a gente se dedica pra fazer, por exemplo, um trabalho de base. Primeiro porque é uma população que tá numa situação, sobretudo psíquica, muito difícil de ser trabalhada, né? Tem já uma sociabilidade que é muito distante de uma sociabilidade coletiva... E segundo porque essa população se concentra no Centro da cidade de São Paulo, e a gente trabalha na periferia, na periferia tem muito pouco sem-teto, né? [...] Os sem-teto do MTST? São pessoas que tão pagando aluguel e já há meses que tão devendo, tão pra ser despejados, tão percebendo que, daqui a alguns meses, não vão conseguir pagar aluguel; são pessoas que tão morando em casas de favor, né? Parente, amigo, dorme na cozinha, dorme na sala, dorme embaixo da mesa, vivendo em situação, às vezes, inclusive, muito humilhante, muitas vezes é muito humilhante tá nessa situação, o tempo inteiro você é muito cobrado disso, você é muito pressionado; pessoas que tão em áreas de risco, favelas precárias e barracos que estão prestes a cair, na beira de córregos, que é muito comum isso em São Paulo. Então, enfim, é uma população de baixa renda que não tem acesso à moradia, ou, se tem, está preste a perder. Esse é, digamos, o universo que a gente encontra nas ocupações do MTST (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Sem-teto versus favelado:

(Linha tênue ou inexistente...)

Então, eu acho que a distinção não é dada entre o favelado, assim, de uma maneira geral, total. Eu acho que tem partes das favelas que abrigam mal as pessoas, muito mal. Aí eu tô falando de um mal, não é do ideal, eu tô falando de um mal possível mesmo. Porque a gente sabe que uma casinha na favela não é uma coisa excelente, mas, às vezes, tem umas casinhas na favela que mesmo não sendo excelentes permitem ao sujeito ter uma vida digna. Agora, tem outros tipos de habitação que não. Então tem gente dentro das favelas que tem teto e tem gente dentro das favelas que não tem teto. Então essa diferença entre o sem-teto e o favelado eu não faço. O que eu penso é que existe gente na favela que é sem-teto, existe favelado que é sem-teto, portanto, sem-teto que é favelado (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

[O] favelado é o mesmo que o sem-teto. Pra mim, é. Porque o favelado não tem moradia, não tem casa, não pode pagar casa de aluguel, não pode ter um terreno, comprar pra fazer uma casa. Primeiro mora, assim, a casa toda emendada de tábuas, caixote, forrada de lona... Eu acho que é igual. O sem-teto e o favelado é igual (Entrevista com moradora do acampamento João Cândido, em Itapeverica da Serra, em 10/03/2008).

Eu acho que... Na teoria não tem muita diferença, porque o favelado, ele a qualquer momento ele passa a ser um sem-teto, né? Porque vem uma chuva, leva embora e ele não tem pra onde ir. E a favela não é uma, pelo menos a maior parte delas, não é uma coisa garantida. Tem às vezes [des]apropriações que vêm em massa, sai derrubando, destruindo tudo que as pessoas têm. Elas ficam sem teto e sem rumo (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeverica da Serra).

É, essa distinção eu já não faço, não. Não tem distinção. [Entrevistador: Pra você, então, o favelado também é um sem-teto?] É, ele é um sem-teto também (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

(Nítida linha de corte...)

Eu vejo num modo de pensar bem diferente, é porque a favela, ela é diferente de uma ocupação. O sem-teto, ele é diferente, ele já pensa diferente. A partir do momento que ele entra dentro do movimento, até os acampados eles acabam pensando diferente, agindo diferente, sabendo o que pode e o que não pode aqui dentro. Daí eles já vão mudando eles mesmo. E não é a mesma coisa que seria numa favela, tem essa diferença (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeverica da Serra).

Então, isso é complicado, né? Porque é assim, essa coisa do sem-teto, não existe essa identificação, essa identidade no meio do senso comum, da população em geral. Sem-teto é uma identidade que vem do movimento. [Entrevistador: É uma identidade que está sendo politicamente construída...] Exatamente, ela não tá dada. [Entrevistador: Faz parte de um processo de conscientização...] Exatamente. Você não vê uma pessoa morando na favela ou morando de favor dizer “ah, eu sou sem-teto!” (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Não, favela todo mundo tem um barraquinho, né? E o sem-teto não tem (Entrevista com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008).

Por fim, acerca das expressões reforma urbana e revitalização urbana:

Reforma urbana:

(Desconhecimento absoluto...)

Não, pra mim é novidade (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

É, eu acho que, eu acho que é assim, o termo reforma urbana, sendo bem sincero, ele não tá claro pro conjunto da militância do movimento (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

(Associação da reforma urbana a uma mera reforma urbanística ou à regularização fundiária...)

Reforma urbana? Eu entendo que é uma mudança que eles têm que fazer a nível de moradia, reurbanização das favelas, reurbanização das comunidades (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro, em 19/02/2008).

Ah, reforma urbana... A reforma urbana é... No que eu tenho procurado conhecer, é quando a pessoa tá ali – na questão até da infraestrutura mesmo –, eu não tenho aquele direito àquele espaço onde eu tô morando, que ainda não é meu, né? Grileiros, tal, de uma outra situação que se diz dono dali. Então precisa se fazer uma reforma urbana pra qualificar aquela pessoa que tá morando ali como eventual, como dono mesmo daquele espaço, e aí também, associado à reforma urbana, de poder garantir os direitos básicos de infraestrutura: água, luz e tudo o mais (Entrevista com morador – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Zumbi dos Palmares em 15/07/2008).

(Uma vaga ideia...)

É, reforma urbana seria a materialização dos projetos, do conjunto de projetos que tão emperrados, sei lá, né? Alguns deles há vinte anos, desde a Constituição de 88. Faz vinte anos que alguns instrumentos de alteração do espaço urbano que beneficiariam a maioria da população estão emperrados. Aí reforma urbana pra mim seria isso. Além disso já seria revolução urbana. Aí já seria uma outra coisa (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Ah! Eu acho que é igualdade pra todos, né? A questão é... Acho que hoje o que mais a gente se preocupa de fato é em geral a moradia. Uma coisa justa pra todo mundo. Agora, como isso vai se dar é como vem esse nome, de onde surge ele, né? Por que é fácil você... é a questão do capitalismo, quem pode mais vai lá, compra e quem não pode vai sendo enxotado, vai sendo empurrado pras péssimas condições, e eu acredito que a Reforma Urbana vai melhorar ou inverter um pouco essa situação. Não sei se é bem isso. (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeverica da Serra).

(Uma resposta bastante elaborada...)

Eu diria o seguinte. Eu acho que, eu diria assim: o povo que mora nas cidades sofre uma séria de consequências do desenvolvimento dessas cidades pensando o lucro e não a vida. Do ponto de vista dos serviços públicos, do ponto de vista da infraestrutura, mesmo de um ponto de vista até menos pensado pelo movi-

mento, até a quantidade de carro, de como a cidade é feia, de como a cidade é barulhenta. As pessoas sofrem com isso, sofrem os danos disso a todo momento. E aí, vários movimentos existem e existiram, né? Movimento por melhores condições de vida, associações de moradores por melhorias em alguns bairros. Eu descobri outro dia no Recife o movimento de lombadas, de gente que luta pra fazer lombada em rua pro povo não ser atropelado; tem movimento anti alguma coisa, antilixão, ou anti-FEBEM, que vai construir em algum lugar, antipresídio; tem o movimento por energia elétrica, tem movimento... Tem um monte de movimento, mas, no fundo, todos esses problemas existem porque o capitalismo existe. Isso é bem, beleza, carne de vaca; agora, além disso, o capitalismo existe e ele provoca a construção de uma cidade que tem todos esses problemas. Reforma urbana, pra mim, é uma coisa muito importante, porque ela é uma bandeira de transição, no sentido de que, quando eu digo “quero moradia”, ora, no capitalismo eu posso querer moradia e ter moradia e isso não prejudicar em nada o sistema e nem essa ordem de problemas que tem na cidade. Agora, quando eu digo “eu quero reforma urbana”, e eu penso essa reforma urbana do ponto de vista de quem tem que responder às necessidades dos trabalhadores pobres, aí eu vou pensar que eu não quero uma cidade que tenha centro e periferia, eu vou pensar que tem que ter vários centros; eu vou pensar que eu não sei se tem que ter asfalto, que talvez tenha que ser outro tipo de forma da gente tornar transitáveis os caminhos, que seja menos ruim, menos quente, menos caro, menos danos à natureza; eu vou dizer que a gente vai ter que pensar a canalização de esgoto de uma forma que permita que todas as famílias tenham isso, que não jogue fora os nossos rios; eu vou dizer que eu quero energia elétrica mas eu vou dizer que não dá pra ser um uso abusivo, e que o consumo não vai ficar como é – lá em São Luís do Maranhão, 50% da energia que se produz vai pra Vale do Rio Doce; eu vou dizer que eu quero água, mas não quero desperdício de água, então também eu tenho que ter formas de que todos esses pequenos centrinhos da cidade vão acolher água de outra forma, usar água da chuva, economizar água; eu vou dizer que a escola, ela tem que ter uma estrutura, um prédio – tô falando um prédio, mesmo – que não se pareça com uma cadeia, que seja um espaço que permita que [...], já que tem vários centrinhos, as pessoas possam interagir nos espaços onde as coisas acontecem; tenha uma estrutura que permita que os pais de quem estuda também participem da escola; eu vou dizer que túnel talvez não seja a melhor coisa, nem viaduto, vou dizer que a gente não precisa do carro, vou dizer que a gente precisa de um transporte urbano descente que a gente possa visitar os nossos amigos em qualquer um desses centrinhos, e que tem que ser sempre, e que não tem que ser carro, nem ônibus, tem que ser, por exemplo, trem, ou qualquer coisa. Então eu vou dizer tantas coisas quando eu falo de reforma urbana que responda às necessidades do povo pobre de um jeito digno e descente, que eu também vou dizer que no capitalismo isso é impossível. Então a reforma urbana que nos serve pra alguma coisa, serve se vem outra sociedade. E, por isso, dizer que o movimento luta por moradia trás as pessoas que ainda não perceberam que essa sociedade é tão ruim, que sentem isso todos os dias, mas que não elaboraram ainda. E quando elas vêem por moradia, a gente fala nos outros problemas, e quando a gente pensa na solução dos outros problemas, a gente pensa em reforma urbana, é o segundo passo. E quando a gente pensa com a nossa comunidade o

que é reforma urbana, a gente tá desenhando o que será a cidade. A gente sabe o que é a cidade do capital, que é até o nome do texto, né? E qual será a cidade da nova sociedade? Eu acho que reforma urbana é um ponto de partida pra gente fazer um rascunho de muitos sonhos, né? (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

(Descrença com relação à atual bandeira da reforma urbana no Brasil...)

Pra mim, reforma urbana é politicagem. Pessoas têm uma discussão há décadas sobre Conferência das Cidades e nada é decidido, é um vício de participação. Eu tenho muito medo disso, porque o movimento, ele acha que tá participando, mas ele não decide nada, ele não tá participando de decisão nenhuma, ele dá o braço dele, fica uma década lutando e onde ele acha que tem que ter uma escola, não tem; onde ele acha que tem que ter hospital, nunca vai ter. Nossos hospitais continuam sucateados, nossas escolas continuam sucateadas e a gente continua indo pra São Paulo, indo pra Brasília, Conferência das Cidades discutindo plano diretor. E eu acho que é o vício de participar que a gente tem que começar a perder, o movimento social, ele tem que começar a perder esse vício de participar e começar a decidir as coisas. Eu acho que uma maneira legítima de decidir é a ocupação de prédios, por isso eu luto com esse movimento, porque eu acho que é uma maneira legítima de decidir. [...] A gente tinha até um projeto de acabar com a Conferência das Cidades esse ano no Rio de Janeiro, só que não deu, a gente não conseguiu se organizar pra isso. Mas eu acho que tem que ser mesmo, chamar a atenção do movimento e dizer “Gente, ó! A gente tá sendo ludibriado, os caras tão fingindo que a gente decide as coisas.” [...] Você não vê qual é o real investimento, me diz agora qual é o real investimento, qual foi o dia que a gente foi pra um lugar fazer um plano urbano e falem assim, ó: “Tá aqui o que vocês decidiram, vai ser construído esse hospital aqui”? (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008).

Revitalização urbana:

(Desconhecimento absoluto...)

Não, essa palavra eu nunca escutei, não (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Já ouvi falar, mas... Nunca procurei me informar melhor sobre esse assunto (Entrevista com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

(Um conceito em disputa: a “revitalização” na visão dos ativistas em contraposição à “revitalização” conservadora...)

Aí, depende do ponto de vista, né? Que a revitalização urbana pode ser o que eu falei, né? A partir de um processo de ocupação você tá criando uma outra relação com a cidade, uma relação mais saudável; ou, então, um conceito de

revitalização urbana a partir das elites, né? Que é de adequar a gestão urbana ao grande capital, né? Interesses internacionais, empreiteiras (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Ah, revitalização urbana... Vinda da Prefeitura, é desqualificar o conceito de morar, ter como moradia... Eles querem, uma ideia que eu tenho, é de ter, aquelas pessoas que moram naquele espaço, tirar eles dali e ser deslocado pra uma nova área, fazendo com que o Centro, o grande Centro, não esteja mesmo com a função de moradia. Ser qualificado como polo financeiro, polo comercial; nunca pra eles o conceito de moradia. [Entrevistador: Mas, no seu entendimento, você acha que o movimento dos sem-teto, ele poderia formular uma outra noção de revitalização urbana?] Sim, e é o que a gente tá buscando, né? Fazer isso. Os companheiros que têm ideia de trabalhar esse conceito de ocupação no grande Centro; até porque, é aqui principalmente na região onde nós estamos, na Zona Portuária, dentro do que foi levantado – e há documentos realmente que provam isso –, nasceu realmente a condição de moradia aqui, e hoje tão tentando reverter, mas nós estamos tentando mostrar pra sociedade que aqui tem condições mesmo de se instituir moradia, sim (Entrevista como morador – que exerce papel de liderança informal – da Ocupação Zumbi dos Palmares em 15/07/2008).

É área central. Isso é um debate da área central; claro que nós moramos em São Paulo, fazemos parte desse debate, e é evidente que revitalização urbana, pelo menos no caso de São Paulo, é expulsar os pobres do Centro de São Paulo. [...] Além, e aí principalmente, das expulsões, dos despejos nas ocupações que vinham sendo feitas nos últimos anos. Houve, desde que o Serra entrou, praticamente todas as ocupações do Centro de São Paulo que ainda resistiam foram despejadas. No caso a Prestes Maia foi o exemplo mais relevante, mas uma série de outras ocupações foram despejadas nesse período entre 2004 e agora (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Comentários sobre as entrevistas

a) Acampamento, assentamento, ocupação

Essas três palavras constituem, muito provavelmente, os elementos mais fundamentais concernentes ao léxico espacial do movimento dos sem-teto. Embora sejam substantivos, nomeiam, de forma genérica, a “espacialização” de suas principais estratégias de luta. *Ocupar* é a ação básica por meio da qual o movimento territorializa alguns espaços das cidades, espaços nos quais e através dos quais os ativistas se organizam, configurando tanto um *meio* (uma estratégia para abrir canais de interlocução com o Estado), quanto um *fim* em si (são as moradias das famílias que ali “ocuparam”).

Não obstante os significados aparentemente imediatos trazidos por essas palavras, as suas distintas definições, apuradas com os depoimentos dos entre-

vistados, revelam-nos concepções díspares atreladas às estratégias espaciais das organizações estudadas, conforme demonstraremos a seguir.

O termo acampamento é mais familiar ao MTST, cuja territorialização ainda hoje se dá, quase que exclusivamente, em terrenos da periferia e da franja periurbana da metrópole de São Paulo. É uma estratégia deliberadamente tributária do MST – romper cercas, montar barracas e brigar pela regularização, quando é operado o melhoramento do já então assentamento (e não mais acampamento) –, e foi igualmente privilegiada pelo MTST devido à sua concepção, segundo a qual os terrenos periféricos proporcionariam uma morfologia espacial e uma ambiência mais apropriadas para o seu trabalho organizativo. Para os ativistas do Rio de Janeiro que entrevistamos, habituados à ocupação de prédios no núcleo metropolitano, em especial na área adjacente ao CBD, a palavra acampamento remete a uma estratégia de luta no campo, e não na cidade...

Tirando a maior ou menor familiaridade para com o termo “acampamento”, resta o fato de que o seu significado é quase sempre inequívoco, designando, em terrenos, o momento inicial da sua ocupação, durante o qual se constroem barracas de lona e madeira, criam-se as ruas para circulação interna, divide-se o espaço em áreas destinadas a usos específicos e visando ao seu maior controle. Possui, portanto, um caráter nitidamente provisório, depois do qual os moradores ou são despejados – buscando, então, ocupar outro terreno –, ou têm a sua situação juridicamente regularizada – dando início à conversão do acampamento em um verdadeiro assentamento.

O assentamento, por conseguinte, designa um estágio mais avançado da ocupação em terrenos, tendo o seu significado diretamente atrelado ao acampamento. Com efeito, não registramos a vinculação do termo “assentamento” para as ocupações de imóveis construídos, mesmo depois da regularização jurídica da posse. Para um dos entrevistados, argumentando não ser essa uma reflexão que lhe tenha ocorrido anteriormente, no caso dos imóveis construídos teríamos, simplesmente, a constituição de “comunidades”, mas não de “assentamentos”. Para a maioria dos entrevistados no Rio de Janeiro, contudo, os imóveis continuam, mesmo após a sua regularização, sendo chamados de ocupações.

O termo ocupação, por seu turno, caracteriza-se, primeiramente, por designar a ação genérica de adentrar um imóvel ocioso como forma de protesto

(no caso de ocupações deliberadamente temporárias, seja de prédios ociosos, seja de instituições públicas) e/ou como uma territorialização mais permanente atrelada à moradia. Notamos que, para os entrevistados do Rio de Janeiro, a ocupação designa, de fato, todo esse conjunto de ações. Já em São Paulo, como pudemos exemplificar com um dos trechos da entrevista realizada com um dos membros da Coordenação Estadual do MTST (realizada no dia 08/03/2008), é muito nítido que ocupação e acampamento são tomados como sinônimos, mas não necessariamente ocupação e assentamento. Para esse entrevistado em particular, a ocupação teria, portanto, apenas um caráter provisório no que respeita aos imóveis em terrenos. Para os imóveis construídos verticais, contudo, o termo ocupação seguiria valendo mesmo após a regularização jurídica. Entretanto, seria preciso, com base nessa resposta, avaliar melhor a sua representatividade por meio de outras entrevistas junto à fração do movimento dos sem-teto organizada pelo MTST.

b) Ocupação *versus* invasão

A distinção entre ocupação e invasão marca, de início, um corte entre o léxico dos próprios ativistas do movimento dos sem-teto para com o léxico majoritariamente utilizado pela imprensa e por uma parte considerável do senso comum, cuja proporção ainda está por ser melhor avaliada. Invasão é um termo explicitamente pejorativo, cuja carga de negatividade vem a reboque da intransigente defesa da propriedade privada em detrimento de outros direitos (constitucionalmente flanqueados, aliás), como o direito à moradia e, mais amplamente, o direito à vida. O seu emprego pode denotar, contudo, tanto uma postura conservadora e tendente a criminalizar a ação dos ativistas sociais, ou, ainda, ser utilizado de maneira pouco refletida, significando uma apropriação acrítica de uma palavra/ideia. Na grande maioria das entrevistas temos, portanto, uma distinção muito clara entre o que seja uma invasão e uma ocupação. A ocupação se caracterizaria, portanto, pela posse de um imóvel ocioso, o qual, no entendimento dos ativistas que o ocuparam, não estaria cumprindo a “função social da propriedade” prevista no Artigo 182 da Constituição Federal. Para os entrevistados, por conseguinte, a palavra “invasão” serviria para designar somente a situação em que se desse a indevida apropriação de um imóvel que estivesse cumprindo, minimamente que fosse, a sua função social.

Para além, contudo, dessa distinção mais evidente, há ainda alguns elementos que desafiam uma distinção pouco refletida. Em primeiro lugar, como fica demonstrado em um dos trechos de entrevistas selecionados acima, alguns (muitos?...) dos próprios ativistas da “base” do movimento seguem, mesmo residindo numa ocupação e participando das suas atividades políticas, reproduzindo o termo pejorativo “invasão”. A análise crítica dessa expressão se configura, por conseguinte, como parte relevante do trabalho de formação política no interior do movimento, o qual se preocupa em (re)modelar palavras e os conteúdos das palavras que serão empregadas para designar as suas práticas espaciais.

Outro importante desafio diz respeito à reprodução do termo pejorativo “invasão” por parte dos ativistas do movimento dos sem-teto para com outros atores sociais em situação materialmente tão ou mais precária que a sua, mas com um grau de organização política inferior ou inexistente. Entre as ocupações visitadas ou propriamente estudadas, esta é uma realidade mais presente naquelas localizadas no Rio de Janeiro (na área central do município), em que vários edifícios se encontram ocupados por posseiros que não estão organizados em torno de qualquer ativismo social. Como revelado pelos fragmentos de entrevistas transcritos acima, essas posses seriam “invasões” porque não teriam “planejamento”, “organização” e “regras”, ao contrário das “ocupações”, ou seja, das posses empreendidas pelas organizações do movimento dos sem-teto.

Ora, talvez por necessidade de legitimação perante uma sociedade sempre pronta a estigmatizar a população segregada nas cidades, verifica-se que muitos dos ativistas entrevistados acabam por reproduzir alguns desses estigmas sócio-espaciais perante outros segmentos da população que, todavia, não possuem uma situação socioeconômica muito distinta da sua... E tampouco uma situação jurídica distinta, posto que ambas, as ditas “invasões” e as “ocupações”, se configuram como áreas de posse, experimentando as mesmas dificuldades e sofrendo com a mesma falta de segurança jurídica (excetuando-se, claro, as poucas ocupações de sem-teto já regularizadas). É forçoso reconhecer, no entanto, que muitas das posses politicamente não organizadas acabam por se tornar presas fáceis da ação de oportunistas – que alugam ou vendem quartos ou apartamentos nesses imóveis – e/ou grupos criminosos, sobretudo traficantes de drogas. Quando essas práticas ocorrem, o grau de legitimidade da posse diminui, criando empecilhos tanto para uma possível tentativa de regularização fundiária quanto deixando uma má impressão perante a sociedade civil.

Pode-se compreender, portanto, que parte significativa dos moradores integrados ao movimento dos sem-teto considere como meros “invasores” os posseiros não organizados, numa tentativa de distinção para com a sua ação organizada e politizada. Mas é preciso argumentar, todavia, que, em primeiro lugar, nem todas as posses que não estão vinculadas a um ativismo social são alvo de territorialização por parte de criminosos e, em segundo lugar, que, no atual momento de escalada generalizada da criminalidade violenta nas grandes cidades, também as posses politicamente organizadas, as “ocupações”, não se encontram de todo livres da ação insidiosa de grupos criminosos, como já discuti em um de nós em um trabalho anterior⁴.

Seja lá como for, essa é uma reflexão que cabe aos próprios ativistas do movimento dos sem-teto realizar. Ou bem, para tentar manter uma legitimidade moral e legal, eles seguirão buscando se distinguir, reproduzindo o estigma de “invasor” para os posseiros de imóveis urbanos que não estejam organizados em torno de ativismos sociais – o que é compreensível, mas ética e politicamente problematizável –, ou bem se buscará reconhecer mais plenamente também a legitimidade das áreas de posse menos organizadas, embora sem deixar de lado, necessariamente, as críticas apropriadas contra a falta de organização e de articulação política.

c) Ocupação (sem-teto) *versus* favela (favelado)

Há, aqui, uma ambiguidade: por um lado, nota-se facilmente uma solidariedade dos sem-teto para com os favelados, e mesmo o reconhecimento de uma forte identidade comum; por outro lado, tampouco estão ausentes certos preconceitos. A solidariedade, que transparece em vários dos depoimentos colhidos por nós, tem a ver com o fato de que a situação de classe e as discriminações sofridas por ambos os grupos, favelados e sem-teto, são similares, quando não idênticos; a admissão de uma forte identidade comum, entre eles, se vincula ao fato de que muitos sem-teto são, eles próprios, ex-favelados. No entanto, certos sentimentos negativos e expressões depreciativas em relação às favelas não deixam de se fazer presentes: menos organizadas, “sem regras”, “cada um faz o que quer”, mais “inseguras”... Tais sentimentos negativos afloraram, principalmente, em conexão com uma pergunta em que se pedia aos ativistas para

⁴ Souza (2008a, p.123 et seq).

diferenciarem entre ocupação e invasão – esta última associada, por vários entrevistados, às favelas, ao passo que a primeira é associada, basicamente, às áreas de posse organizadas e territorializadas pelo movimento dos sem-teto.

Mais uma vez, por conseguinte, constata-se a presença insidiosa de simplificações preconceituosas. Não é nossa intenção negar, simplisticamente, que existam diferenças de nível de “organização” e de “consciência política”. A questão é que também entre os sem-teto essa “organização” e essa “consciência política” não se distribuem homogeneamente... É interessante notar, aliás, que certos preconceitos foram externados mais diretamente por entrevistados que, entre os sem-teto, não exerciam nenhum papel de liderança, nem pertenciam a algum grupo de “apoio”. É possível conjecturar, em face disso, que o grau de conscientização e elaboração discursiva, particularmente evidente nos líderes e nos integrantes de grupos de “apoio”, leva a uma mitigação ou eliminação de determinados preconceitos – ou, pelo menos, à sua supressão ou ocultação, quando de depoimentos prestados a pesquisadores (perante os quais, pode-se especular, deseja-se manter uma certa imagem, pouco compatível com certas simplificações preconceituosas)...

d) Reforma urbana (a visão do movimento *versus* a visão dos “tecnocratas de esquerda”...)

Diferentemente de sua “irmã mais conhecida” – a reforma agrária –, a reforma urbana tem sido mencionada em nosso país, desde os anos 90, mais vinculada ao jargão dos “tecnocratas de esquerda” (pesquisadores e planejadores profissionais a serviço do Estado que, por diversas razões, mesclam e embalam práticas não raro tecnocráticas com elementos discursivos “progressistas”) do que à luta dos movimentos sociais.⁵ Não é, portanto, por acaso que o empenho em prol de uma reforma urbana tem estado associado a agentes e arenas de luta em que são privilegiados instrumentos técnicos e legais, tais como planos diretores e leis formais, deixando em segundo plano a análise da dinâmica social – principalmente no que diz respeito ao tão necessário escrutínio do declínio de muitos ativismos urbanos nos anos 90 (ativismo dos bairros “comuns” e das favelas) e, por outro lado, a não menos necessária análise das potencialidades e perspectivas da atuação direta das organizações de certos movimentos sociais

⁵ Sobre a questão da usurpação da bandeira da reforma urbana e da transformação do ideário a ela vinculado por uma espécie de “tecnocratismo de esquerda”, consulte-se Souza (2002, p. 155 et seq.; 2006a, p. 213 et seq.).

(como, justamente, os sem-teto) como agentes de formulação e implementação de estratégias e táticas de transformação sócio-espacial. Dá prova recente disso a maior atenção dirigida por parte considerável do *establishment* universitário mais diretamente envolvido com a reforma urbana, criando instituições e fóruns oficiais, tais como o Ministério das Cidades e os Conselhos das Cidades, do que ao surgimento de importantes movimentos sociais e às suas práticas, notadamente àqueles que poderiam ser denominados a “nova geração” de movimentos sociais (urbanos).⁶

O grande desconhecimento dos moradores das ocupações estudadas e a pouca reflexão a respeito da matéria demonstrados pelas entrevistas – em parte, provavelmente, como resultado da “captura ideológica” da reforma urbana pelos “tecnocratas de esquerda” – revela o quanto essa bandeira de luta encontra-se ainda distante da maior parte das organizações de movimentos sociais urbanos. Por outro lado, revela também a pouca capacidade do próprio movimento em investir politicamente, tanto para a apropriação dessa bandeira – afinal, por mais problemática que possa ser a sua história, algumas das suas conquistas referentes aos marcos legais são de interesse direto para os sem-teto – quanto para a sua ressignificação.

É perfeitamente compreensível o descrédito contra as atuais arenas políticas concernentes à reforma urbana que uma das entrevistadas manifestou, mas é lícito perguntar se uma bandeira tão importante deveria ser simplesmente descartada por estar aquém do que dela se espera ou esperaria... Afinal, como sustentamos no presente artigo, os termos e os conceitos referentes às práticas espaciais da cidade não são monopólio desse ou daquele agente, mas podem (e devem) ser transformados e reinventados, dando margem a disputas político-simbólicas. Acreditamos que as práticas do movimento dos sem-teto, a sua problematização do estatuto da propriedade fundiária urbana e sua utilização mediante relações alternativas, o recurso à ação direta como mecanismo de pressão institucional e, concomitantemente, de auto-organização e acúmulo de forças, tudo isso são elementos que, mediante uma reflexão detida, poderiam

⁶ Por “nova geração dos movimentos sociais (urbanos)” se está designando aquele conjunto de movimentos surgidos a partir dos anos 1990, tais como o *hip-hop* e o movimento sem-teto; movimentos os quais, além de mais recentes, distinguem-se qualitativamente da “primeira geração” dos chamados “novos movimentos sociais”. Ver, sobre isso, a *Introdução* de Marcelo Lopes de Souza deste número temático de CIDADES.

enriquecer enormemente a bandeira da reforma urbana. Se levarmos em consideração que a população brasileira é majoritariamente urbana, pode-se supor o grande potencial ainda latente que reserva uma luta pela reforma urbana que fosse ao menos equiparável (em conteúdo e protagonistas) à sua “irmã” do campo. Para tanto, é preciso, contudo, maior investimento teórico e simbólico por parte do movimento dos sem-teto, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo – e em muitas outras cidades também, logicamente.

e) Revitalização urbana

Se, entre os integrantes do movimento dos sem-teto pode-se constatar um forte desconhecimento e, às vezes, até mesmo algum desconforto em face do sentido usual atribuído à reforma urbana (a qual, em todo caso, não deixa de ser uma bandeira de luta histórica de vários ativismos urbanos, e que hoje em dia é altamente valorizada pelo MTST), o termo “revitalização urbana”, de sua parte, lhes soa muito mais problemático. E não é para menos: se “reforma urbana” é uma expressão que foi, por assim dizer, usurpada, e que vem tendo o seu conteúdo diluído politicamente, mas que foi e é assumida, por várias organizações de movimentos, como uma bandeira de luta, “revitalização urbana”, em contraste, tem sido, desde sua origem, uma expressão-chave do pensamento e das práticas conservadores sobre a cidade. Não obstante, os sem-teto, pelo menos em algumas cidades (como o Rio de Janeiro), acabam, cedo ou tarde, tendo de se posicionar em face dessa expressão e de seu conteúdo. É por essa razão que decidimos incluir, em nossa pesquisa, uma pergunta a seu respeito.

Expressão forte, que tem por significado imediato inequívoco trazer novamente à vida aquilo que estava morto, “revitalização” tem sido a palavra de ordem dos gestores estatais e empreendedores urbanos empenhados na refuncionalização de espaços tornados obsoletos – sobretudo nos centros das cidades – por determinados processos sócio-espaciais que tiveram lugar em décadas passadas. Através das “parcerias público-privadas”, por meio das quais se pretende auferir os recursos necessários para os grandes investimentos requeridos por megaprojetos como grandes museus, centros de convenções, grandes hotéis etc.⁷ a “revitalização urbana” visa a captar dinheiro com atividades ligadas ao turismo e,

⁷ Harvey ironiza esse tipo de parceria, dizendo que “o poder público fica com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros” (“the public-private partnership means that the public takes the risks and the private takes the benefits”: HARVEY, 2000, p. 141).

sobretudo, atividades capazes de elevar e melhorar a imagem da cidade nacional e internacionalmente, como a realização de grandes eventos esportivos. Se não bastasse o fato de que, em quase todos os processos de “revitalização urbana” levados a cabo ao redor do mundo, as vantagens acabam por se concentrar nas mãos de poucos, deixando à margem, geralmente, os pobres urbanos, os espaços cobiçados para fins de “revitalização” não se encontram, em muitos casos, de maneira nenhuma “mortos” (desocupados, abandonados), posto que são habitados por uma parcela desses mesmos pobres urbanos. Quando estes não são vítimas diretas de remoções, é muito frequente a dita “expulsão branca” dessa população das áreas “revitalizadas”, tendo em vista a sua decorrente valorização.

Não obstante a atualidade da expressão “revitalização urbana” em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo,⁸ percebemos que entre os moradores e ativistas do movimento dos sem-teto entrevistados há muito pouco conhecimento sobre o assunto. É bem verdade que entre os coordenadores e líderes mais destacados pode-se detectar alguma noção crítica, caracterizada pela denúncia da vinculação dos projetos de “revitalização” aos interesses do grande capital em detrimento da população pobre das tais áreas “revitalizadas”. No entanto, entre aqueles que conformam a “base” do movimento, destaca-se o desconhecimento geral da matéria, sinal de que, assim como com a bandeira da reforma urbana, há uma carência de reflexão e investimento político, seja para lutar contra os projetos de revitalização conservadores, seja para criar projetos concorrentes com base nas experiências e expectativas do movimento. Aos autores parece bastante claro que a refuncionalização e reestruturação espaciais realizadas pelos ativistas sem-teto e concretizadas em suas ocupações, transformando terrenos e edifícios vazios em moradias dotadas de cozinhas coletivas, bibliotecas, cooperativas e outras tantas funções, representam, elas sim, uma efetiva revitalização de espaços ociosos da cidade – feito esse que poderia ser mais intensamente sistematizado, refletido e divulgado pelo movimento dos sem-teto...

TOPONÍMIA E SIMBOLISMO

Para além do léxico espacial propriamente dito, a toponímia introduzida pelo movimento apresenta-se carregada de um simbolismo sobre o qual vale a

⁸ No Rio de Janeiro, com a eleição, para prefeito, em 2008, de um candidato alinhado com as administrações estadual e federal, volta-se novamente à carga com a tentativa de desemperrar o antigo projeto de “revitalização” da Zona Portuária.

pena debruçar-se, inclusive com a finalidade de, por meio dela, compreender a importância de certos valores políticos e programáticos. O que os nomes das ocupações sugerem, o que eles traduzem?

Os nomes de ocupações podem ser agrupados em duas classes: a classe das homenagens a indivíduos específicos, via de regra personalidades que, na história do Brasil, exerceram algum tipo de papel de resistência ao *status quo*; e a classe das alusões ou homenagens a sujeitos coletivos.

Exemplos da primeira categoria: Carlos Lamarca (organizada pelo MTST em 2002), Chico Mendes (antigo acampamento do MTST em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, iniciado em 2005, e que atualmente aguarda sua transferência para um assentamento financiado pela Caixa Econômica Federal e localizado na mesma cidade, fruto de uma vitória política), João Cândido (em Itaipericica da Serra, iniciada em 2007), Carlos Marighela (no Rio de Janeiro, iniciada em 2007), Anita Garibaldi (ocupação iniciada em 2001 e que foi assentada em 2002), Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Manoel Congo (iniciadas, respectivamente, em 2004, 2005 e 2007, todas no Rio de Janeiro).

Exemplos da segunda categoria: Flor do Asfalto e Quilombo das Guerreiras (iniciadas, respectivamente, em 2005 e 2006, ambas na Zona Portuária do Rio de Janeiro).

Reproduzimos, a seguir, alguns trechos das entrevistas que abordam o tema dos nomes das ocupações e dos acampamentos.

[Os nomes das ocupações procuram fazer] um resgate histórico de um processo que ocorreu naquela mesma região onde as ocupações atuam, né? Que há cem anos atrás havia toda uma população de origem africana que tinha se libertado da escravidão e tava num processo bastante efervescente, cultural (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Pra mim ele representa uma moradia de negros guerreiros, escravos guerreiros. Lutavam pela liberdade, pela própria liberdade, e [para] ter um lugar fixo pra eles, que é o que a gente luta (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

É... Eu gosto porque Quilombo das Guerreiras quer dizer, pra mim, né? Na minha concepção, que seja um lugar de luta, né? Principalmente por parte das mulheres, que as mulheres aqui, são mais assim... Mais ativas, aqui dentro as mulheres têm mais iniciativa, as mulheres têm mais... Tudo aqui as coisas mais partem das mulheres, entendeu? E é um nome bom porque é um nome forte, é um nome que representa luta, é isso aí: representa luta (Entrevista com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008).

É, na verdade essa é uma política que a gente tem no movimento, sempre teve a política, que, na verdade é um costume, uma linha que vem do MST, que é

de batizar as ocupações com nomes de lutadores. Com isso a gente tenta [...] estimular o trabalho de formação política dentro do acampamento. Parte dessa identificação com o nome de um lutador, a gente constrói isso nos acampamentos, essa identidade com a luta e com a figura de um lutador ou de uma lutadora; enfim, isso é uma prática que a gente tem, que tenta ser mais um dos métodos que a gente tem de criação de identidade coletiva nas ocupações. Apesar de que já tem algumas discussões sendo feitas dentro do movimento no sentido da gente começar a experimentar batismo não de nome de pessoas, mas de, por exemplo, são coisas que o MST já faz: Terra Sem Males, nomes que também têm aí uma carga mística, que também sejam um instrumento de criação de identidade (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008).

[É] um significado que explicita uma contradição, por exemplo: a mídia, por exemplo, ela diz assim – “Ah, baderneiros, aventureiros, loucos, invasores fizeram uma baderna em tal terreno, em tal cidade. Eles chamaram tal favela e tal baderna de acampamento Rosa Luxemburgo.” E isso tem uma contradição muito grande, porque que pessoas são essas que vão fazer baderna e que trazem uma homenagem à Rosa Luxemburgo? Então, já fica evidente que não é só uma baderna, que tem uma história por trás dessa baderna. E acho que esses nomes, eles, na verdade, ajudam a gente a se conectar com a história. Porque tem muito isso, assim, né? A gente tem muito problema na nossa história de esquerda, né? Várias coisas ruins que aconteceram. Mas, à luz do presente, também a gente não pode olhar pras coisas e jogar todas elas fora (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008).

Sobre o processo de escolha dos nomes, mais especificamente, os dois trechos a seguir, embora curtos, são bastante informativos:

O nome do acampamento é escolhido em assembleia, ele é escolhido pelo povo. O que a gente faz, claro, é levar algumas sugestões, mas nem sempre as nossas sugestões são aceitas. A Chico Mendes, por exemplo, foi uma sugestão que veio da assembleia (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

A gente também procura fazer alguns resgates nas regiões. Por exemplo: em Osasco, Lamarca era um dos nomes. Era um dos nomes porque foi lá que o Lamarca, foi no quartel de lá que o Lamarca roubou as armas. Em São Bernardo porque tinha a questão das greves, e Santo Dias foi um operário que morreu numa greve e que virou símbolo da Pastoral Operária, da oposição operária, da luta operária (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Os comentários que seguem não pretendem mais do que fornecer uma brevíssima introdução ao estudo dos nomes das ocupações. No entanto, o material colhido mediante as entrevistas já nos abre possibilidades para estabelecer certas relações.

Primeiramente, é preciso esclarecer que o batismo das ocupações de sem-teto com nomes usados para render homenagem a importantes ícones das lutas emancipatórias não é uma regra geral. Há ocupações que são associadas simplesmente ao seu endereço, como, por exemplo, a famosa ocupação Prestes Maia, no Centro de São Paulo, que já foi retratada em vários documentários. Dessa maneira, pode-se constatar que o batismo das ocupações com nomes como Chico Mendes ou Quilombo das Guerreiras expressa um investimento simbólico que carrega consigo um variado arco de intencionalidades. A primeira e mais evidente é associar o espaço a algum tipo de luta emancipatória, mas outros elementos podem ser elencados.

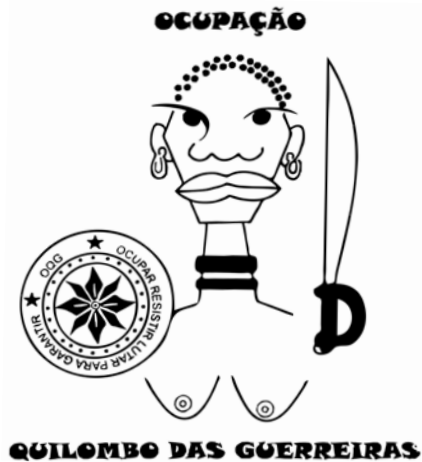
Como nos relatou uma das entrevistadas, escolher nomes de indivíduos cuja biografia é amplamente reconhecida por ideais considerados nobres procura estabelecer uma contraposição com relação ao preconceito que sofrem as ocupações por parte da mídia e de uma grande parcela da população. Rompe-se, já através do nome, com a imagem segundo a qual as ocupações e os acampamentos seriam “antros de desordem” e de criminalidade, “invasões” promovidas e habitadas por gente desonesta, desordeira e perigosa.

Notamos também que, em diversas respostas, há menção ao vínculo de alguns nomes com as características ou a memória dos espaços onde as ocupações se estabelecem. Segundo nos informou a mesma entrevistada mencionada no parágrafo precedente (membro da coordenação do MTST em São Paulo), os organizadores das futuras ocupações procuram fazer “resgates nas regiões”, buscando homenagear elementos atrelados a ativistas ou a lutas daqueles bairros ou municípios. Diversas ocupações do Rio de Janeiro, como a Zumbi dos Palmares e a Quilombo das Guerreiras, por exemplo, encontram-se em uma área no entorno do CBD carioca, a Zona Portuária, que há séculos concentra uma grande população de negros e mulatos⁹.

Outro aspecto muito importante dos nomes das ocupações diz respeito à diversidade das bandeiras de luta que elas referenciam. Para além daqueles ícones caros à esquerda tradicional, como Lamarca, Marighela e Rosa Luxemburgo, há muitos nomes que fazem referência às lutas dos negros – Zumbi dos Palmares, Manoel Congo, João Cândido –, outros às lutas das mulheres – como Chiquinha Gonzaga –, além daquelas que condensam várias dessas ban-

⁹ Ver, sobre isso, Moura (1983, p. 57 et seq), Rabha (1985) e Abreu (1987, p. 37).

deiras como, para citar o caso mais expressivo, Quilombo das Guerreiras, que a um só tempo resgata o espaço de resistência dos negros à época da escravidão e a luta das mulheres, as quais assumem cada vez mais o protagonismo em vários movimentos sociais dos dias atuais. (Observem-se, nas Figs. 1 e 2, duas das ilustrações que são utilizadas como símbolos pelos ativistas da Ocupação Quilombo das Guerreiras, e que são encontradas, por exemplo, em camisetas confeccionadas para venda; tais ilustrações retratam diversos elementos de elevado poder simbólico, como, na Fig. 1, as três mulheres de “raças” diferentes, a corrente que se quebra, o prédio da ocupação e instrumentos de trabalho que representam, ao mesmo tempo, a produção em um quilombo do passado e a solidariedade para com as lutas do campo no presente – solidariedade essa que está longe de ser um privilégio exclusivo do MTST –; e, na Fig. 2, as raízes africanas fenotipicamente óbvias de muitos ocupantes e o espírito combativo das “mulheres guerreiras” da ocupação). Ademais, há aqueles nomes, como o já mencionado de Chiquinha Gonzaga, que, além de se vincular à memória da cultura e da resistência negra (Chiquinha Gonzaga, embora branca, foi uma abolicionista), estão indelevelmente atrelados à cultura nacional de maneira geral. Buscam, portanto, mediante os seus nomes, transmitir aquilo que as suas bibliotecas, cirandas infantis e grupos de teatro concretizam no seu cotidiano: as ocupações são espaços de produção cultural.



Figuras 1 e 2. Ilustrações utilizadas como símbolos pelos ativistas da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Do exame dos depoimentos colhidos, saltam aos olhos, a propósito do léxico espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em São Paulo, tanto uma significativa diversidade de usos e entendimentos quanto, ao mesmo tempo, várias convergências dignas de nota.

A diversidade de usos e entendimentos a respeito de certos termos e expressões parece ter a ver com várias coisas: com a cidade, com a localização da ocupação e, também, com a organização específica à qual se vincula o entrevistado (no caso de se vincular a alguma¹⁰) e suas preferências e seus hábitos no que se refere às estratégias e práticas espaciais mais frequentes; além disso, a posição que o entrevistado ocupa em uma certa “hierarquia” (em alguns casos, como no do MTST, formal, em outros casos informal), ou o papel de maior ou menor destaque que ele desempenha, igualmente parece manter estreita relação com coisas como o grau de elaboração de determinadas respostas, ou mesmo com a presença maior ou menor de alguns preconceitos (notadamente a respeito das favelas, dos favelados e daquilo que mesmo alguns sem-teto admitem chamar de “invasões”). É razoável supor que, em um ambiente em que posições de liderança são conquistadas, entre outros fatores (como capacidade de trabalho, confiabilidade e coragem), na base da capacidade de argumentação e persuasão, indivíduos que exercem papéis de maior destaque (formal ou informalmente) sejam, muitas vezes (mas sem poder fazer disso uma regra geral...), detentores de uma maior capacidade de elaboração. Por fim, é de se intuir que outros fatores, como gênero, (auto)[r]representação étnico-racial e faixa etária, tenham influenciado ou possam influenciar determinadas respostas e a compreensão do significado de cada termo ou expressão; contudo, a esse respeito podemos ser, por hora, ainda menos conclusivos.

A despeito das discrepâncias, divergências e grande variabilidade de conhecimento ou reflexão acerca de certos componentes do léxico espacial do mo-

¹⁰ Para resumir e sistematizar, e para evitar mal-entendidos, esclareça-se que estamos lidando, nos casos estudados, com três tipos de organização: 1) o MTST, que é uma organização especificamente voltada para o movimento dos sem-teto; 2) a FLP (que, na verdade, se dissolveu em outubro de 2008), a qual, conquanto tivesse no apoio ao movimento dos sem-teto um vetor privilegiado de atuação, não se restringia a isso; 3) cada uma das ocupações da área central do Rio de Janeiro, as quais, por serem geridas de modo basicamente “horizontal” e autogestionário, estabelecem laços de cooperação e solidariedade entre elas (em estilo quase “federativo”, embora ainda sem chegar formalmente a tanto), mas em que cada uma delas abriga sua própria “organização” (em sentido bastante amplo).

vimento (em especial no tocante às expressões reforma urbana e revitalização urbana), várias convergências relevantes puderam ser constatadas, entre elas duas principais: 1) o termo “ocupação” é claramente distinguido da palavra (pejorativa) “invasão”; 2) os sem-teto se autorrepresentam como um movimento social importante e combativo, sendo que os ativistas, ao mesmo tempo em que ressaltam laços de solidariedade e de classe que os unem aos favelados (sendo eles mesmos, em grande parte, ex-favelados), se definem como parte de um movimento organizado e politizado (em contraposição às favelas). No que concerne à expressão reforma urbana, é notável que mesmo no MTST não haja ainda uma reflexão mais elaborada a propósito do seu conteúdo... Conquanto “Na luta pela reforma urbana” seja uma das divisas da organização, um dos entrevistados admitiu que o MTST chegou à ideia de “reforma urbana” em grande parte por analogia com a “reforma agrária” (bandeira central da organização – MST – a partir da qual o MTST foi gerado), sem que, no entanto, já exista um grande acúmulo de trabalho reflexivo em torno do assunto. A (re)construção da bandeira da reforma urbana pelo movimento dos sem-teto, como se vê, é ainda *work in progress*, e de forma alguma uma empreitada que tenha atingido sua maturidade.

Quanto aos topônimos, eles representam uma forma fundamental de “marcar o espaço” simbolicamente – parte essencial, portanto, não somente da produção de uma nova imagem de “lugar”, mas também do próprio processo de territorialização. Para além das homenagens a personagens célebres, como João Cândido, Chiquinha Gonzaga ou Zumbi dos Palmares, é todo um conjunto de intenções e elementos de um discurso de resistência que é, de maneira menos ou mais complexa, direta ou indiretamente mobilizado: a denúncia da exploração de classe, da opressão de gênero, do racismo, do odioso legado da escravidão... A criatividade do movimento dos sem-teto, de maneira talvez mais evidente nos marcos de um padrão organizacional altamente descentralizado como aquele das ocupações da área central do Rio de Janeiro, chega ao ponto, como no caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no bairro do Santo Cristo (Zona Portuária), de combinar diferentes elementos de uma simbologia emancipatória em um único nome (e nos símbolos gráficos daí derivados, como demonstra, em particular, a Fig. 1). Shakespeare exprimiu, pela boca de Julieta, na peça “Romeu e Julieta”, a convicção de que um nome é uma mera convenção, algo artificial, e que o que importa é aquele(a) (ou aquilo) que é designado

pelo nome, e não o nome em si: “*What is in a name? That which we call a rose by any other name would smell as sweet*” (“O que há em um nome? Se chamarmos a rosa por outro nome qualquer, ela não será por isso menos perfumada”). E, no entanto, diferentemente do que sugeriu o grande dramaturgo, os nomes são muitas vezes importantes, sim – como vem sendo bem compreendido pelo movimento dos sem-teto.

EXCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o caráter fundamentalmente qualitativo da pesquisa, e com base no conhecimento dos autores auferido ao longo de sua colaboração com o movimento dos sem-teto, optamos por um plano de amostragem não probabilístico, intencional. Antes de fornecermos aos leitores informações sobre o tamanho da amostra e os recursos utilizados para a obtenção de um certo equilíbrio no que toca à “representatividade qualitativa” dos depoimentos, cremos ser necessário deixá-los a par das especificidades concernentes ao nosso “laboratório”, ou seja, as ocupações do movimento dos sem-teto.

De saída, há uma relativa dificuldade em obter informações precisas a respeito de diversas características da população envolvida, a começar pelo número exato de habitantes residentes em determinadas ocupações. Outras informações, como aquelas referentes à idade dos ocupantes, à sua distribuição por gênero, às profissões exercidas pelas pessoas, à sua renda e à sua origem são, como se pode intuir, de obtenção ainda menos trivial. A informação que mais facilmente se pode obter é a referente ao número de famílias residentes em uma ocupação – o qual pode, via de regra, ser inferido a partir do número de unidades habitacionais ocupadas, no caso de um prédio, visto ser uma norma comum nas ocupações a permissão de permanência de apenas uma família por unidade. O número de famílias também pode ser checado por meio de conversas com pessoas idôneas e bem informadas, que muitas vezes exercem um papel de liderança (formal ou informal), e que, além do mais, devido ao seu intenso envolvimento com as ocupações, costumam acompanhar a contagem das unidades ocupadas. (De toda forma, tivemos sempre o cuidado de cruzar as informações de duas ou mais pessoas para cada ocupação). O fato é que raramente os indivíduos e grupos que exercem um papel de organização procedem a algo como um “minicenso” – em muitos casos por conta das premências e urgências do dia a dia, não devendo ainda ser esquecido que, diferentemente de

uma favela, uma ocupação de sem-teto, às vezes, apresenta um percentual de “população flutuante”, isto é, de pessoas que não necessariamente estão todos os dias na ocupação, especialmente quando esta ainda não está consolidada e há carências graves de infraestrutura (abastecimento de água e energia elétrica, por exemplo). Essa “população flutuante” é, não raro, motivo de atritos no interior das próprias ocupações, conforme pudemos constatar em alguns prédios ocupados na área central do Rio de Janeiro. Contudo, nem sempre se trata de “oportunismo”, mas sim de dificuldades de várias ordens (como, para mencionar o exemplo mais frequente, a necessidade de realizar trabalhos temporários em áreas distantes da cidade. A propósito, a não estabilidade no trabalho é um fator que dificulta muito o envolvimento de muitos moradores com as instâncias organizativas das ocupações).

Não bastasse a diversidade da população de cada ocupação por gênero e idade, há também uma significativa variação do papel exercido pelos agentes sociais envolvidos com cada ocupação, variação essa derivada do modelo político de gestão adotado por elas. Essa é outra característica do movimento dos sem-teto que nos obrigou a adotar certos cuidados, como aqueles referentes à estratificação da amostra.

As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por exemplo, se organizam por meio de uma hierarquia de “coordenações”, variáveis conforme a escala: da coordenação estadual, na escala mais abrangente, até as coordenações de quadras (dos acampamentos), passando pela coordenação do acampamento e, ainda, pelas coordenações regionais (as quais, apesar do nome, se referem a uma escala intraurbana). Como não poderia deixar de ser, há ainda aquela parcela que representa o grupo mais numeroso nas ocupações do MTST, a sua base social, constituída pelos moradores dos acampamentos que não tomam parte em qualquer coordenação (moradores “comuns”).

Já as ocupações do Rio de Janeiro por nós pesquisadas adotam um modelo de gestão diferente, sem coordenações. Há, por um lado, uma instância deliberativa estritamente composta pelos moradores, o “coletivo”, do qual todos eles podem participar. Além do coletivo, há todo um conjunto de agentes não residentes nas ocupações, mas que exercem um importante papel na constituição dessa fração do movimento: são os que constituem o assim chamado “apoio” das ocupações. Os grupos de apoio são integrados por militantes de diferentes organizações, como a Frente de Luta Popular (FLP) e a Central de Movi-

mentos Populares (CMP), mas também por pessoas “independentes”, isto é, não vinculadas a qualquer organização. Muito embora não haja coordenações nessas ocupações, é forçoso reconhecer que certos moradores desempenham, inegavelmente, um papel mais destacado, assumindo, geralmente, um maior número de tarefas, além de tarefas de maior responsabilidade. (Isso não contradiz a proposta de horizontalidade do modelo de organização; na prática, é inevitável que alguns indivíduos se destaquem mais que outros. O fundamental é, a exemplo da democracia ateniense, que não se criem dinâmicas que facilitem a cristalização de posições individuais de poder. Lamentavelmente, porém, é comum, no contexto de uma sociedade heterônoma, que cada ocupação tenha os seus “*free-riders*”, que tentam se envolver o mínimo possível; além do mais, muitos moradores, mesmo estando longe de uma postura oportunista deliberada, têm dificuldades para assumir determinadas responsabilidades. Considerar essa realidade é, metodologicamente, importante). O “apoio”, igualmente, possui os seus indivíduos mais ou menos envolvidos com as ocupações. Para este modelo de organização política, o qual denominaremos de “variante por coletivo”, em contraposição à “variante por coordenação” do MTST, adotamos uma estratificação a partir de três categorias: moradores, “moradores destacados” e “apoio”.

Para ambas as variantes, tendo em vista o critério para a definição do campo amostral apresentado no último parágrafo deste excursus metodológico, decidimos contemplar ao menos um “representante” de cada uma das categorias apresentadas logo acima. Em vários casos, porém, foi possível colher mais de um depoimento, o que ocorreu, particularmente, com os moradores “comuns”.

Com relação à faixa etária e à distribuição por gênero, buscamos entrevistar aproximadamente o mesmo número de homens e de mulheres, bem como pessoas de diferentes idades.

Para as entrevistas, de caráter semiestruturado e com questões abertas, nós elaboramos dois diferentes tipos de roteiro: um primeiro destinado aos integrantes de organizações (membros de coordenação ou “apoio”), e um segundo destinado a moradores que não são integrantes de organizações. As diferenças entre os dois roteiros são, contudo, muito pequenas, permanecendo idênticas as perguntas mais relevantes, justamente aquelas a respeito do léxico espacial.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, não procuramos definir um campo amostral amplo. Em São Paulo, onde tivemos a oportunidade de rea-

lizar apenas uma ida a campo de maneira sistemática, empreendemos sete entrevistas, duas com coordenadores estaduais do MTST, uma com um coordenador regional, outras duas com moradoras e coordenadoras do acampamento João Cândido, e duas últimas com dois moradores do mesmo acampamento, que não exercem qualquer função de coordenação. No Rio de Janeiro, por sua vez, foram realizadas nove entrevistas: uma delas com um ativista da FLP, o qual apoia diversas ocupações; três com moradores que exercem papel de líderes destacados nas ocupações onde residem, a saber, as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras; além de outros cinco moradores “comuns” dessas três ocupações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO e Jorge Zahar Editor, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2000.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.

RABHA, Nina Maria de Carvalho E. Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, p. 35-43, 1985.

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77-116.

_____. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *Territórios dissidentes: Precarização socioeconômica, movimentos sociais e práticas espaciais insurgentes nas cidades do capitalismo (semi)periférico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2006b. Projeto de pesquisa. Vigência: 2007-2010.

_____. *Fobópole*. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.

_____. *A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In: WORKSHOP DO GRUPO DE ESTUDOS URBANOS (GEU), 3., São Paulo, 2008. *Texto para discussão*. São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2008b.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O léxico espacial do movimento dos sem-teto: Um estudo sobre o discurso produzido pelos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2008. Projeto de Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Pólis, 1987.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Topofila*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980 [1974].

_____. *Espaço & Lugar*. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983 [1977].

Recebido em: 27/01/2009

Aceito em: 02/03/2009